

A "mexicanização" da economia brasileira

DERCIO GARCIA MUNHOZ

Um dos aspectos mais relevantes da "crise do endividamento", que afeta de modo especial a América Latina, é o seu caráter recorrente. O que significa que, sanada a "doença", ou aparentemente removido o desequilíbrio, logo retornam os desajustes externos, defrontando-se o país com novas dificuldades. Mesmo que tenha seguido fielmente a "cartilha" do FMI, provocando, internamente, um processo recessivo, embutido em "pacotes" que incluem redução dos investimentos públicos, aumento de tributos, retirada de subsídios, desvalorização cambial extraordinária, elevação das taxas de juros, e, como pano de fundo duplo confisco salarial: queda do poder de compra como decorrência da inflação artificialmente criada; e corte direto nos salários, obtido via introdução de sofismas na política salarial, impedindo que os salários sejam recompostos em razão da inflação passada.

Os remédios do Fundo são amargos. Tão amargos que há poucos anos o próprio Fundo deparou-se, segundo noticiário da imprensa, com uma greve de seus funcionários, como reação contra a perda de salários reais. Ou seja, nem os próprios servidores do órgão — técnicos capacitados e com elevados rendimentos — aceitaram "engulir" aquilo que friamente prescrevem aos assalariados de terceiros países — incluindo trabalhadores que mal conseguem ganhos para sobreviver.

Se a política ortodoxa que instituições internacionais impõe aos países devedores é perversa e inaceitável na própria casa, e se ainda que seguido o ritual importado os países devedores não conseguem livrar-se plenamente de problemas cuja solução em verdade está nas mãos dos países credores, uma primeira lição a ser aprendida é que os devedores deveriam resistir em aplicar repetidas vezes o mesmo receituário. Resistir a um processo de autodestruição.

A insubordinação contra os programas ditos de estabilização deve ser interpretada apenas como o recurso a um ins-

trumento legítimo de defesa, já que as medidas recomendadas tendem a desorganizar a economia internamente.

Se os programas clássicos de estabilização não comportam qualquer criatividade — de tal modo que para sua aplicação não se necessita de técnica apurada, pois obrigar à aceitação de redução salarial tem sido sempre conseguido com o recurso à Polícia, usando-se apenas da força — entende-se a legitimidade das reações que provoca. E até agora observava-se que praticamente apenas um dos grandes devedores da América Latina aceitava repetir a dose do remédio — o México — embora mais recentemente a Argentina também forneça indícios de ter aceito o modelo de empobrecimento crescente. Com o que a queda dos salários reais no México tem sido impressionante — de perto de 40,0% de participação na renda global, em 1982, os salários aproximam-se do nível de 20,0% da renda do país. Liquida-se, assim, a base econômica do país — o mercado interno alimentado pela renda das famílias — liquidando-se paralelamente as condições para a estabilidade política, para a existência de um regime democrático.

Se o Brasil até recentemente parecia imune às propostas de repetir as políticas introduzidas em 1981, 1982 e 1983 — que geraram um profundo empobrecimento da população — os rumos traçados no presente indicam que optamos pelo caminho da "mexicanização" da economia brasileira. Já que o que se prenuncia do atual "modelo" é a consolidação de uma grave perda de salários reais em relação ao poder de compra do início da Nova República.

A conclusão terrível, baseada nos números frios, é que se está conseguindo o milagre de levar os trabalhadores, em desespero, a olhar com saudades os baixos salários deixados pela Velha República!

No momento presente o que preocupa é que a atual política econômica está baseada em hipóteses falsas — exatamente aquelas que a ortodoxia utilizou desde meados de 1986 para liquidar com o Plano Cruza-

do. Quando, aumentando impostos e juros, provocou-se a maior inflação já vista no país, sob o argumento de que as medidas se impunham para evitar uma "hiperinflação"! Ou seja, mataram o doente para assim evitar que pudesse ficar contagiado, pondo em risco a sua vida.

E preciso que se retome a discussão sobre a realidade brasileira, enfatizando-se:

a) a recomposição dos salários pela inflação até junho não põe em risco as exportações brasileiras; pois é preciso dizer, pela enésima vez, que os assalariados não consumiram os produtos destinados à exportação, em 1986, como os dados oficiais até outubro indicam;

b) a desorganização do setor externo em novembro e dezembro foi provocada pelo congelamento cambial paralelamente aos aumentos de custos do setor produtivo, face à elevação de impostos/juros;

c) a manutenção do atual confisco salarial tende a desmontar o mercado interno — já que a renda transferida dos salários/pequenos empresários, para o Governo/bancos/aplicadores, é da ordem de US\$ 25,0 bilhões;

d) a recessão tenderá a aprofundar-se, com desemprego crescente, e natural instabilidade política — afinal as elites sempre gostam de dizer que os trabalhadores desempregados, ou arrochados em seus salários, são apenas baderneiros;

e) o programa atual tende a ser explosivo, com a inflação a cada trimestre superando a do trimestre anterior, com maiores perdas futuras para os assalariados, e nova crise pela frente;

f) o modelo de estabilização somente teria consistência se os salários tivessem sido recompostos, reduzindo-se paralelamente os juros e parte dos tributos extraordinários. Nesse caso a aplicação das "tablitas" sobre compromissos financeiros daria uma folga do setor industrial, necessária para cobrir seus novos encargos salariais, repassando-se parte do "desconto" para o comércio, dando a este condições para também fazer frente ao aumento dos encargos nominais com salários.